

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
XXXIX CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA  
DE CARREIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**1ª Prova Específica**

DIREITO CIVIL

**1ª QUESTÃO (VALOR: TRÊS PONTOS):**

Tendo desaparecido dos locais que costumava freqüentar, bem como de seu domicílio, Tício teve declarada, por sentença, a ausência, sendo Mévio, seu filho, nomeado Curador. No exercício da função, Mévio, representando o ausente Tício, ajuizou ação negatória de paternidade em face de Lívia, de 19 anos de idade, nascida na constância do casamento de Tício com Pompéia, esta também já falecida. Sustentou o autor que pouco antes de morrer, Pompéia confessou, em escrito particular, que Lívia não era filha de seu marido, Tício, e sim de Semprônio, com quem, na época, mantinha ela uma relação extra-conjugal. Citada, Lívia ofereceu defesa, arguindo a decadência do direito de contestar a paternidade, bem como que era inverídica a confissão de sua mãe, fruto de represália por ela feita, para constranger o marido, com quem, estava em conflito. Dispensando-se o relatório, profira a sentença.

**2ª QUESTÃO (VALOR: TRÊS PONTOS):**

Tarquinius Priscus ingressou com ação de obrigação de fazer em face da operadora de seu plano de saúde, alegando ser portador de artrite reumatóide com artrite grave do quadril esquerdo, o que lhe causa fortes dores e impotência funcional do membro inferior esquerdo. Diante do quadro clínico necessita de tratamento cirúrgico, consistente em artroplastia total do quadril esquerdo, "utilizando-se prótese cimentada devido à sua doença de base", conforme laudo médico acostado à inicial. Informa que a operadora de saúde negou a autorização, com base no contrato de adesão a plano empresarial, firmado no dia 10 de agosto de 2000, em cuja cláusula X, que se acha em destaque, entre os serviços excluídos ou não assegurados, consta, expressamente, "marca-passo, lente intra-ocular, aparelhos ortopédicos, válvulas, próteses e órteses, de qualquer natureza". Provando o regular e pontual pagamento das mensalidades, requer o autor seja concedida a antecipação da tutela de mérito para que se realize a cirurgia. Considerando verdadeiros os fatos, decida, fundamentadamente, quanto a antecipação de tutela.

**3ª QUESTÃO (VALOR: QUATRO PONTOS):**

Caio e Tício, cujo nível de instrução não passou do 1º grau, celebraram, em dezembro de 1999, por instrumento particular, a compra e venda de um imóvel, tendo o comprador, Tício, pago integralmente o preço, de R\$ 50.000,00, no ato da celebração do contrato. Não logrando registrar o título aquisitivo no cartório imobiliário, diante da recusa do Oficial, que entendeu nula a alienação, por vício de forma, poderá Tício sustentar que o negócio jurídico traduz contrato preliminar? Caso seja afirmativa a resposta, de que ações disporia Tício, para obter o domínio, diante de eventual resistência de Caio? Fundamente as respostas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**1ª QUESTÃO (VALOR: QUATRO PONTOS):**

Frente à teoria geral do processo de execução, cabe a penhora de renda de 30% de empresa executada, considerando que a mesma ofereceu à constrição imóvel livre e desembaraçado de valor superior ao do crédito exequendo e a insistência do credor na observância da ordem prevista no art. 655 do C. P. C.? Justifique.

**2ª QUESTÃO (VALOR: QUATRO PONTOS):**

- Apresentando o réu Thiago reconvenção, sem, entretanto, contestar a demanda, deverão ao fatos por ele argüidos na peça de resposta – se contrapostos faticamente aos da ação – serem levados em consideração pelo juiz no julgamento conjunto de ambas as ações? (VALOR: DOIS PONTOS)
- Segundo a interpretação teleológica do art. 322, CPC, e demais princípios aplicáveis, o revel ausente tem o mesmo tratamento – mormente quanto a prazos e necessidade de intimação – daquele que intervém no processo após a caracterização da revelia? (VALOR: DOIS PONTOS)

**3ª QUESTÃO (VALOR: DOIS PONTOS):**

Pode a companheira com fundamento em união estável, mesmo frente à impugnação do cônjuge-mulher separado de fato do autor da herança há 22 anos, ser nomeada inventariante dos bens? Sua legitimidade é

passível de reconhecimento no inventário, inclusive da condição de convivente, sem previamente haver sido judicialmente proclamada em outro processo?